

## Dia Internacional do Aborto Seguro

28 setembro 2019

No ano em que se assinalam 25 anos sobre a Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo, indiscutivelmente um marco no reconhecimento global dos direitos reprodutivos enquanto direitos humanos, as estimativas da Organização Mundial de Saúde continuam a apontar para milhões de abortos inseguros realizados no mundo, todos os anos, mantendo-se assim, o aborto inseguro como uma das principais causas de mortalidade materna.

A criminalização do aborto bem como a ineficácia no acesso a cuidados de saúde que permitam à mulher pôr termo a uma gravidez que não é desejada continuam hoje a ser formas de discriminação baseadas no género e graves violações dos direitos humanos.

Em Portugal, desde 2007, temos uma legislação que reconhece o direito à auto-determinação reprodutiva, e que tanto tem feito pela saúde das mulheres, num mundo em que ainda há tanto para fazer em matéria de direitos e saúde sexual e reprodutiva.

Segundo o Relatório dos Registo de Interrupções da Gravidez, da DGS, referente ao ano de 2017 “Em Portugal, o número anual de IG por todos os motivos, continua a registar um decréscimo consistente desde 2011, verificando-se também uma correlação positiva entre o número de nados vivos (NV) e o número de IG, ou seja, as IG tendem a subir nos anos em que as mulheres têm mais NV. A média nacional de IG continua a manter-se abaixo da média europeia no que respeita ao indicador “numero de IG por 1000 NV”.<sup>1</sup>

Estes e outros dados estatísticos representativos, mas também o contacto com a realidade, através das muitas iniciativas, serviços e projetos de intervenção comunitária que a APF promove por todo o país, mostram-nos, porém, que existem ainda **muitos desafios** nesta matéria:

- É imperativo **garantir a equidade** de todas as mulheres, no acesso aos cuidados de saúde inerentes à IG independentemente do local onde residam. Os números e os relatos que nos chegam continuam a revelar a mobilidade a que muitas mulheres se vêm obrigadas. Tantas vezes com alguma fragilidade económica, muitas mulheres vêm-se obrigadas a percorrer grandes distâncias para garantirem o acesso à IG.

- É necessário **garantir o respeito por todos os profissionais de saúde** que optam por se assumirem como objetores de consciência, mas igualmente **imperativo garantir que todas as mulheres que decidem fazer uma IG são respeitadas** e que lhes é garantido o direito à prestação de cuidados de saúde por profissionais competentes e cuja posição face a esta matéria, em momento algum compromete a excelência destes cuidados.

- Importa **sensibilizar mais profissionais de saúde** para esta matéria de saúde pública, que deve ser olhada para além da escolha da mulher, muitas vezes mal percebida como algo individualista e proceder a uma análise intersectorial que garanta as condições necessárias às mulheres para o exercício dos seus direitos reprodutivos.

- É premente **garantir** que todas as mulheres que solicitam uma IG, dentro do quadro legal português, são atendidas com **celeridade**, em **espaços adequados**, que não sejam obrigadas a partilhar com outras mulheres grávidas, felizes porque querem prosseguir com a sua gravidez...

- É necessário continuar a **lutar contra o estigma** associado às mulheres que solicitam este cuidado de saúde, mas também relativamente ao preconceito que muitos profissionais de saúde que trabalham na área da saúde relatam sofrer.<sup>2</sup>

Na **APF** acreditamos que **escolhas informadas e conscientes** estão na base de uma vivência saudável da sexualidade. É por isso o que temos inscrito na nossa missão há **52 anos**. Defendemos uma **cultura de prevenção**, com base na generalização do conhecimento, pelo que é para nós fundamental a **Educação Sexual**.

No dia **Internacional do Aborto Seguro**, a APF lembra que:

- A **contraceção** é hoje algo generalizado que oferece muitas possibilidades cada vez mais diferenciadas e adequadas a cada um. É ainda necessário garantir a **equidade no acesso**.

- A **contraceção de emergência** é de venda livre, está disponível nas consultas de planeamento familiar e centros de saúde para qualquer pessoa. Não sendo tão eficaz

como os métodos contraceptivos, não deve por isso ser usada de forma regular, contudo mediante a precocidade com que é tomada pode **evitar muitas situações de gravidez não desejada**.

- Iniciativas de **educação sexual** contínuas e consistentes levam a que os jovens iniciem mais tarde a sua vida sexual ativa e o façam mais conscientes dos riscos associados e das formas de **proteção**.

- O acesso ao aborto seguro é um direito de saúde de todas as mulheres.

1. Relatório dos registos de interrupção de gravidez ano 2017, DGS 2018.
2. Existe estigmatização sobre os profissionais de Saúde que trabalham na interrupção de gravidez por opção da mulher? Sociedade Portuguesa da Contraceção, 2017